

Marli Maria de Jesus	Fazenda Descoberto - Anta Podre	40.0000
Martinho Ferreira Lopes	Fazenda Calculo Seguro	5.3500
Miguel Pereira dos Santos	Sítio Bela Vista	20.0000
Milton Gonçalves Barbosa	Fazenda Corrego do Ouro	2.4289
Milton Rodrigues Dias	Sítio Dois Rios	24.3600
Nair Pereira dos Santos Mota	Fazenda Aparecida	16.0000
Natalino Rodrigues da Silva	Fazenda Rica	40.0000
Nelcino Nunes Dias	Fazenda Corrego	11.3000
Nilson Nunes dos Santos	Sítio Reobote	15.0000
Nivaldo Adriano dos Santos	Sítio Nova Esperança	30.0000
Nivaldo Gonçalves da Cruz	Fazenda Calculo Seguro	4.0000
Noel Fernandes da Silva	Fazenda Buracão	3.0000
Noel Nunes Cerqueira	Sítio Boa Sorte	7.0000
Odenaldo Pereira de Oliveira	Fazenda São Felipe	5.0000
Odília Maria de Jesus	Sítio Bem Te Vi	40.0000
Onis Rodrigues	Sítio Tocantins	30.0000
Orlando Machado dos Santos	Fazenda Mumbuca	4.0000
Orodília Gonçalves Ribeiro	Sítio Nossa Senhora	10.0000
Oswaldino Batista dos Santos	Fazenda Anta Podre	40.0000
Oswaldino Carvalho de Oliveira	Fazenda Boa Sorte	7.0000
Oswaldino Cezar de Oliveira	Fazenda Calculo Seguro	18.0000
Oswaldino Miranda Silva	Fazenda Córrego do Segredo	8.5400
Oswaldino Neres da Silva	Fazenda Córrego do Ouro	8.5400
Oswaldino Nunes da Cruz	Fazenda Lajedo Bonito	40.0000
Pedro Alves de Souza	Fazenda Boa Esperança	100.0000
Pedro Pereira dos Santos	Sítio Boa Vista	19.3600
Petronília Oliveira Dias	Fazenda Córrego do Ouro	8.5000
Regivaldo Barbosa do Nascimento	Fazenda Córrego do Ouro	20.0000
Rivaldino Ferreira dos Santos	Pedra da Camisa	60.0000
Roberto Costa Nunes	Sítio Corrego dos Veados	11.0000
Rosângela Martins Lima	Fazenda Descoberto - Anta Podre	5.0000
Santa Cezar da Silva	Fazenda Beleza	40.0000
Santa Maria Coimbra	Fazenda do Recanto	10.0000
Sebastiana Almeida Oliveira	Fazenda Descoberto - Anta Podre	19.3600
Sebastião Barbosa Castro	Fazenda Canadá	12.0000
Sebastião José Tiago	Fazenda Morro Alto	21.0000
Sebastião José Tiago	Sítio Córrego dos Segredos	10.0000
Sebastião Moreira Fernandes	Sítio São Sebastião	50.0000
Sebastião Rocha dos Santos	Sítio Rocha	35.0000
Selco Menezes de Souza	Fazenda Sossego	70.0000
Sonia Batista Santos	Calculo Seguro	45.0000
Tarcisio Medeiros Viana	Sítio Boa Vista	19.0000
Valdeci Alves Ramalho	Fazenda Pedra da Camisa	32.0000
Valdison Antonio de Almeida	Sítio Bananeiras	40.0000
Valdivino Gil de Souza	Fazenda Colono - Marianos	14.0000
Vanderlei Nunes Fagundes	Sítio Recando do Sossego	7.0000
Vanessa dos Santos Medina	Fazenda Descoberto - Anta Podre	19.3600
Veraldino Rodrigues Lima	Fazenda Providência	80.0000
Wanderson da Rocha Amaral	Fazenda Realeza	10.0000
Wanderson da Rocha Amaral	Sítio Boa Sorte	20.0000
Wanderson de Matos Barbosa	Sítio Esperança	24.1200
Zulmira Rodrigues de Oliveira	Fazenda Retiro	4.8208

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados desta data, para se manifestarem a respeito.

EDITAL INFORMATIVO DE MEDIÇÃO

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, com fulcro no art. 256-A da Lei Delegada nº 180/2011, no uso de suas atribuições, em cumprimento ao art. 48 do Decreto 34.801/1993, observadas as demais exigências legais, torna público que se acham na sede desta Secretaria, os seguintes processos de regularização fundiária rural e comunica a quem interessar as medições dos terrenos devolutos situados no município de **Serranópolis de Minas**.

Requerente	Imóvel	Área (ha)
Adimário Ferreira da Silva	Fazenda Tamburil	4.7971
Aivaldo Lima Ferreira	Fazenda Lagoa	1.0428
Aldir Ferreira dos Santos	Fazenda Barra do Curral de Pedras	1.8804
Alminda Ferreira de Brito Cruz	Fazenda Tamburil	1.5662
Ana Rodrigues dos Santos Souza	Fazenda Lagoa	0.2657
Antônio Natalino Mendes Teixeira	Fazenda Roçado	8.5286
Antônio Soares dos Reis	Fazenda Varzea do Pontal	58.5934
Armendo Silva Souza	Fazenda Barra do Curral de Pedras	11.6078
Aroldo Pereira Dias	Fazenda Touro	6.2917
Atenor de Oliveira	Fazenda Buqueirão	5.3748
Avaristo Felipe dos Anjos	Fazenda Curral de Pedras	15.6661
Brasilino de Brito Ribeiro	Fazenda Novo Barreirinho	41.4567
Delson José de Almeida	Fazenda Poções	4.5625
Dídio Martins dos Santos	Lameirinho	11.8085
Eduardo Pinheiro Damasceno	Fazenda Sanharol	6.4768
Elias Mendes de Souza	Fazenda Lagoa	9.3698
Elton José Aguiar	Fazenda Conceição	23.1326
Francisco Cardoso Vieira	Fazenda Brejinho	28.8104
Gerado Aurelino de Souza	Fazenda Tamburil	13.5247
Gilberto Souza Cruz	Fazenda Curral de Pedras	39.9650

Ildon Ferreira da Silva	Fazenda Furado do Meio	2.5497
Isaac dos Santos Ferreira	Fazenda Lagoa	0.9147
Istácia Gomes da Silva	Fazenda Peixe Bravo	7.3190
Jesuino Barbosa Souza	Fazenda Vereda do Meio	90.2714
João Carlos Pereira	Fazenda Curral de Pedras	8.6722
João Ferreira dos Santos	Fazenda Assa Peixe	18.1635
João Mendes da Silva	Fazenda Furado do Meio	1.8225
Joaquim Rodrigues da Silva	Fazenda Pontal	2.2712
José Alves Coelho	Fazenda Curral de Pedras	8.1956
José Barbosa Sobrinho	Fazenda Salinas	23.1881
José Carlos Santos	Fazenda Riacho de Dona Rosa	13.5496
José de Melo	Fazenda Buqueirão	1.1008
José Dima	Fazenda Agua Branca	18.0482
José Ferreira da Silva	Fazenda Tamboril	30.6318
José Hildo Ribeiro	Fazenda Novo Barreirinho	35.3416
Jovano Antônio Silva	Fazenda Carrapicho	8.2145
Lortino Ferreira Brito	Fazenda Poções	58.5710
Lourenço Ferreira dos Santos	Fazenda Peixe Bravo	10.0956
Manoel Dias Brito	Fazenda Assa Peixe	4.3126
Manoel Ferreira de Brito	Fazenda Barra do Tamburil	1.9127
Manoel Firmino	Fazenda Furado do Meio	2.1491
Maria das Dores Ferreira Oliveira	Fazenda Tamburil	2.0806
Maria do Carmo Silva	Fazenda Assa Peixe	8.0032
Maria Ferreira da Silva Souza	Fazenda Curral de Pedras	5.5791
Maria Ferreira de Brito	Fazenda Córrego Quebrado	5.5304
Maria Helena dos Santos Alves	Fazenda Peixe Bravo	10.4219
Maurício Mendes de Souza	Fazenda Barra Curral de Pedras	18.6394
Melquides Pereira Santana	Fazenda Pintado	5.9821
Natalino Pereira	Fazenda Umbaraninha	38.6930
Neuza Maria de Jesus	Fazenda Boqueirão	3.3016
Neuza Rosa de Jesus	Fazenda Poções	74.2528
Odailo Ramos Ferreira	Fazenda Curral de Pedras	1.9820
Osmano Silva Filho	Fazenda Pontal	6.6811
Santo Ferreira Gomes	Fazenda Curral de Pedras	5.0540
Valdeci Ferreira Silva	Fazenda Barra Curral de Pedras	39.0307
Valdeir Alves Coelho	Fazenda Barra Curral de Pedras	6.7718
Valdeiza Dais Brito Silva	Fazenda Assa Peixe	15.9342
Valdemir Alves Silva	Fazenda Agreste	26.1712
Valdilene Alves de Souza	Fazenda Curral de Pedras	9.5518
Vando Nunes Silva	Fazenda Boqueirão	5.6912
Vangeir Graciano de Almeida	Fazenda Pontal	8.0620

O presente edital será afixado em locais públicos e os processos referenciados estarão disponíveis aos interessados, que terão o prazo de 15 (quinze) dias, contados desta data, para se manifestarem a respeito.

12 832051 - 1

RESOLUÇÃO nº 002/2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo §1º do art. 93 da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto no artigo 256-A da Lei Delegada nº 180/2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados para exercerem a função de Pregoeiro, em Licitações na modalidade de Pregão de competência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário - SEDA, os seguintes servidores: I. Marcelo Augusto Valério Pires, MASP 1.391.489-0; II. Aiala Maura de Souza, MASP 1.393.643-0; III. Adelmio Pinto de Souza, MASP 1.167.100-5.

Art. 2º Ficam designados como membros auxiliares que irão compor as Equipes de Apoio:

- I. Guilherme Parentoni Senra Fonseca, MASP 752.460-6;
- II. Pablo Henrique da Silva, MASP 1.396.104-0;
- III. Pedro Henrique Marinho de Oliveira, MASP 752.845-8.

Art. 2º - O edital indicará, para cada certame, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, que atuarão em mínimo de três integrantes.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente a Resolução nº 001/2016.

12 832351 - 1

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensora Pública-Geral: Christiane Neves Procópio Malard

Expediente

Deliberação nº 007/2016

Dispõe sobre a concessão das licenças maternidade e paternidade a defensores e servidores da Defensoria Pública. O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, no exercício de sua atribuição prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94, alterada pela Lei Complementar Federal nº 132/09 e no art. 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 2003, reunido em sua 5ª sessão ordinária, realizada em 06 de maio de 2016, CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, inciso III, art. 3º, inciso IV, art. 5º, caput, art. 226, caput, e seu § 8º, primeira parte, e art. 227, caput, todos da Constituição da República de 1988; CONSIDERANDO que a Lei nº 11.770/2008, com a nova redação dada pela Lei nº 13.257/2016, que alterou os seus artigos 1º, 3º, 4º e 5º, dispondo sobre políticas públicas para a primeira infância, ampliou os prazos de duração da licença maternidade, prevista no inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição da República de 1988, e paternidade, estabelecida no § 1º, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a primeira, de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias, e a segunda, de 5 (cinco) para 20 (vinte) dias; CONSIDERANDO a

necessidade de se normatizar por Deliberação o disposto na Resolução nº 114/2009, que trata da prorrogação da licença maternidade e à adotante, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, bem como também normatizar por Deliberação a licença paternidade e ao adotante, ainda pendente de regulamentação e CONSIDERANDO que o art. 2º, da referida Lei autoriza a administração pública direta, indireta e fundacional a instituir programa que garanta a prorrogação das licenças maternidade, paternidade e aos adotantes, para seus servidores e membros da carreira, delibera:

Art. 1º - Fica assegurado às defensoras públicas e às servidoras da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais o direito à prorrogação por 60 (sessenta) dias do período de licença maternidade prevista no inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição da República de 1988, nos termos da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Art. 2º - Fica assegurado aos defensores públicos e aos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais o direito à prorrogação por 15 (quinze dias) do período de licença paternidade prevista no § 1º, do art. 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988, nos termos da Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 13.257/2016, de 08 de março de 2016.

Art. 3º - As prorrogações de que tratam os artigos antecedentes serão garantidas na mesma proporção e respectivamente às defensoras públicas e servidoras e aos defensores públicos e servidores que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de criança ou de pessoa com deficiência.

§1º - Considera-se criança a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º, caput, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.

Art. 4º - As defensoras públicas e os defensores públicos ou as servidoras e os servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, que na data da publicação desta Deliberação, estiverem em gozo das licenças de que tratam os artigos anteriores, inclusive para fins de adoção, farão jus aos respectivos acréscimos, automática e imediatamente após a fruição dos 120 (cento e vinte) dias da licença maternidade e dos 05 (cinco) dias da licença paternidade, não sendo admitida a hipótese de prorrogação posterior ao retorno às atividades.

Parágrafo único - No caso de coincidir o período de prorrogação da licença com o da fruição de férias, estas serão gozadas após o término da prorrogação, se outra data não houver sido requerida.

Art. 5º - As defensoras públicas e os defensores públicos ou as servidoras e os servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, quando do requerimento das respectivas licenças, firmarão declaração de que, durante o período de prorrogação, não exercerão qualquer atividade remunerada nem manterão a criança em creche ou outra instituição congênere.

Parágrafo único - A declaração a que faz referência o caput deste artigo será exigida das defensoras públicas, dos defensores públicos, das servidoras e dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais que, na data da publicação desta Deliberação, estiverem em gozo das licenças de que tratam os artigos anteriores.

Art. 6º - Durante o período de prorrogação as defensoras públicas e os defensores públicos ou as servidoras e os servidores da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, terão direito a sua remuneração integral, como se em efetivo exercício estivessem.

Art. 7º - Em caso de falecimento da criança ou da pessoa com deficiência, cessará imediatamente o direito à prorrogação da licença.

Art. 8º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2016.

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Presidente do Conselho Superior em exercício

12 831922 - 1

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Expediente

ATO AGE Nº 2006, de 11 de maio de 2016

O ADVOGADO-GERAL DO ESTADO justifica, nos termos do parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 44.485, de 14 de março de 2007, a atribuição da seguinte gratificação temporária estratégica:

NOME	MASP	NÍVEL	JUSTIFICATIVA	PROJETO/ ATIVIDADE
Ana Luiza Santos Terra	752.930-8	GTED-	Responsável pela viabilização da redução do Risco Fiscal do Estado e dos valores inscritos em precatórios.	Controle do Risco Fiscal do Estado

11 831874 - 1

Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel PM Marco Antônio Badaró Bianchini

Expediente

O CORONEL PM DIRETOR DE EDUCAÇÃO ESCOLAR E ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições previstas no art. 8º do R-125, aprovado pela Resolução nº 4.209, de 16 de abril de 2012, em conformidade com o previsto no art. 67, inc. I, da Lei nº 7.109, de 13 de outubro de 1977, e no art. 80 da Lei nº 869, de 06 de julho de 1952,

CONSIDERANDO QUE:

I - a servidor nº 154.777-7, PEB1A-24, Sérgio Henrique Lima Reis, lotado no CTPM/Lavras, apresentou requerimento pleiteando a concessão de Licença para tratar de Interesses Particulares; II - o servidor apresentou o requerimento da LIP, conforme previsto art. 179, da Lei nº 869 de 05 de julho de 1952, e no Decreto nº 28.039, de 02 de maio de 1988;

III - a aceitação do pedido da LIP implicará automaticamente na contratação para recomposição do quadro de servidores da carreira a que pertence o servidor, vez que seu afastamento gera substituição;

RESOLVE:

a) INDEFERIR o requerimento apresentado pelo servidor, com base no art. 12 do Decreto nº 46.289/2013 e art. 1º e 2º da Deliberação CCGPF nº 02/2014;

(a) ALFREDO JOSE ALVES VELOSO, CEL PM
DIRETOR DA DEEAS

12 831896 - 1

ATOS DO CHEFE DO RCAT - CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, pelo período de 60 dias, nos termos do § 2º do art. 2º da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao nº 167.144-5, PATRICIA ARAUJO RIBEIRO VITARELLI, ASPM-1A, a partir de 04/07/2016;

ATOS DO DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CTPM/BH – EM CUMPRIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, pelo período de 180 dias, nos termos do art. 7º, inciso XVII, da CF/1988, c/c o § 2º do art. 2º da Lei 18.879, de 27/08/2010, ao nº 169.643-4, AMANDA SANTOS DE ALMEIDA, PEB1A-24, a partir de 01/02/2016;

12 832104 - 1

DELIBERAÇÃO Nº 009/2016

Dispõe sobre a composição da comissão eleitoral para a realização de eleições para a formação de lista triplíce para o cargo de Defensor Público Geral.

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, e tendo em vista o disposto na Deliberação nº 006/2016, delibera constituir a comissão eleitoral para realização de eleições para a formação de lista triplíce para o cargo de defensor público geral.

Art. 1º - A Comissão Eleitoral que conduzirá o processo eleitoral de que trata o preâmbulo desta Deliberação será constituída por sete membros da carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, dos quais cinco serão titulares e dois serão suplentes, cabendo a presidência a defensor público de classe especial.

Parágrafo único - Os suplentes participarão da comissão eleitoral em caso de impedimento ou suspeição do titular, e na hipótese de ausência do membro titular.

Art. 2º - Não poderão fazer parte da comissão eleitoral membros da carreira da Defensoria Pública cujo cônjuge, parente consanguíneo ou afim até o 3º (terceiro) grau, ascendente ou descendente, em qualquer grau, seja candidato a compor a comissão eleitoral.

Art. 3º - A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro e a secretaria do segundo, cabendo a suplência aos dois últimos: Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, madep 0209, Ricardo de Araújo Teixeira, madep 0649, Vladimir de Souza Rodrigues, madep 0445, Alenize Correia Silva Lopes, madep 0643, André Luiz Gonçalves Barbosa, madep 0533, Ana Paula Nacif de Souza, madep 0459 e Ana Luiza Paiva Pimenta da Rocha, madep 0882.

Art. 4º - A primeira reunião da comissão eleitoral será realizada no dia 20/05/2016, às 12h, na sala do Conselho Superior, para organizar os trabalhos do processo eleitoral e dar cumprimento às normas do edital de que trata a Deliberação nº 006/2016.

Parágrafo único - O gabinete da Defensoria Pública Geral prestará o apoio material e humano solicitado pela comissão eleitoral para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º - A comissão eleitoral reunirá-se com a presença da maioria absoluta de seus membros titulares, e as deliberações serão tomadas por maioria simples.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2016.

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Presidente do Conselho Superior em exercício

12 831924 - 1

Deliberação nº 008/2016

Dispõe sobre o afastamento para gozo de férias-prêmio. O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS, no exercício de sua atribuição prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94, alterada pela Lei Complementar Federal nº 132/09 e no art. 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 65, de 2003, reunido em sua 5ª sessão ordinária, realizada em 06 de maio de 2016, delibera:

Art. 1º - O defensor público ou servidor poderá ter autorizado o afastamento de férias-prêmio por período igual ou superior a 10 (dez) dias.

Art. 2º - Na hipótese do defensor público ou servidor ser egresso de cargo, emprego ou função na administração pública do Estado de Minas Gerais, poderá aproveitar o período laboral anteriormente prestado no serviço público estadual, para gozo de férias-prêmio na Instituição, após a sua confirmação na carreira, observado o disposto nesta Deliberação.

Art. 3º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação e revoga os artigos 11 e 15, da Deliberação nº 047/13 e demais disposições em contrário.

Belo Horizonte, 06 de maio 2016.

Wagner Geraldo Ramalho Lima

Presidente do Conselho Superior em exercício

12 831923 - 1